

POR UMA ÉTICA DA METAESTABILIDADE
NA RELAÇÃO HOMEM-TÉCNICA.....

.....LILIANA DA ESCÓSSIA

ACO-EVOLUÇÃO da humanidade e da técnica é o limite do pensamento ontogenético, que se caracteriza por pensar a gênese dos sujeitos e dos objetos inserida num mesmo processo de evolução: o processo de individuação do ser.

Tal pensamento implica uma renúncia às concepções puramente instrumentalistas e antropocêntricas – que reduzem a técnica a um conjunto de meios (neutros), utilizados para obtenção de fins que lhe são totalmente expostos do exterior – assim como às concepções puramente pessimistas, que analisam a questão da técnica em termos de impacto negativo sobre a suposta “natureza humana”. Estas são concepções que se mostram incapazes de dar conta da complexidade da realidade técnica, especialmente na sociedade contemporânea.

É preciso pensar a técnica como uma dinâmica que retroage sobre os homens, sobre a inteligência, os sentimentos e sobre valores culturais, dinâmica esta em que todos os homens são convocados a participar de forma criativa e conseqüente.

Não se trata, conforme afirma Gilbert Simondon, “de uma técnica como meio, mas antes como ato, como fase de uma atividade de relação entre o homem e seu meio [...] a energia do gesto técnico, tendo progredido no meio, retorna sobre o homem e lhe permite se modificar e evoluir...”²

¹ Este artigo é uma versão parcialmente modificada da conclusão de minha dissertação de mestrado intitulada *A relação homem-técnica como processo de individuação do coletivo*, orientada pelo Prof. Dr. Peter Pál Pelbart. PUC/SP, 1997.

² G. Simondon. *Culture et technique. Bulletin de l'Institut de Philosophie de l'Université Libre de Bruxelles*, 1965, p. 8.

A relação do homem com a técnica é concebida como um dos aspectos da relação do homem com o mundo. Tal relação não está calcada em uma distinção do homem e do mundo enquanto sujeito e objeto. Homem e mundo formam um único sistema.

Temos de admitir entretanto que as tecnologias contemporâneas têm gerado efeitos contraditórios: apresentam aspectos potencializadores e aspectos despontencializadores da subjetividade, o que de certa forma responde pelas atitudes pessimistas de um lado e (excessivamente) otimistas de outro.

Ao refletir sobre tais efeitos contraditórios, Félix Guattari reconhece inicialmente que a técnica tem dupla tendência: uma *homogeneizante, universalista e reducionista*, que no pior leva à mass-midialização embrutecedora; e outra que reforça a *heterogeneização e singularização* de seus componentes e, no melhor, leva à criação de novos territórios existenciais.³ Entretanto, ele reconhece que a primeira tendência tem predominado nas sociedades capitalísticas:

A questão que volta aqui de maneira lancinante consiste em saber por que as imensas potencialidades processuais trazidas por todas essas revoluções informáticas, telemáticas, robóticas, biotecnológicas, dos escritórios [*bureautiques*] ... até agora só fizeram levar a um reforço dos sistemas anteriores de alienação, a uma mass-midialização opressiva e a políticas consensuais infantilizantes.⁴

É que, se por um lado, a nova ordem econômica e social parece solicitar o que Guattari chama de uma *subjetividade criacionista*⁵, por outro, ela tem tido enorme eficácia em sua ação reterritorializante – o Capital como modo de reterritorialização universal tem conduzido todas as atividades humanas e os processos maquínicos a uma equivalência generalizada.

A saída, para Guattari, consiste numa *reapropriação dos equipamentos coletivos de subjetivação*,⁶ ou seja, de todos os sistemas maquínicos que são suporte dos processos de subjetivação (máquinas técnicas, sociais e religiosas, por exemplo).

³ F. Guattari. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Trad. Ana Lúcia de Oliveira & Lúcia C. Leão. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

⁴ F. Guattari. Da produção da subjetividade. In: A. Parente (org.). *Imagem máquina: a era das tecnologias do virtual*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993, p. 187.

⁵ F. Guattari. *As três ecologias*. Campinas: Papirus, 1993.

⁶ F. Guattari. Da produção da subjetividade..., p. 187.

Ele enfatiza entretanto – com base nas análises foucaultianas –, que essa reapropriação deve considerar o intrincamento inevitável de três vias/vozes produzidas por tais equipamentos, e que estão na base dos processos de subjetivação das sociedades ocidentais contemporâneas: *as vozes de poder*, que incidem de forma coercitiva e dominadora sobre os corpos, e de forma imaginária sobre as almas; *as vozes de saberes tecnocientíficos e econômicos*; e finalmente *as vozes de auto-referência* – processuais, autofundadoras e criativas.

A afirmação isolada de uma dessas três vozes capitalísticas, como resolução dos problemas atuais, tem redundado em dogmatismos de todo tipo, barrando qualquer produção de novos valores existenciais e de desejo.

No que se refere ao poder busca-se um retorno às antigas identidades de povo, raça, religião, casta e sexo; no campo dos saberes, ou se mantém uma fé ilimitada e irresponsável no capitalismo e no progresso tecnocientífico, justificando todas as devastações humanas, culturais e ambientais, ou, ao contrário, adota-se uma atitude antitecnológica; e por fim, a radicalização na idéia da criatividade, desvinculada das outras vias/vozes, leva muitos a uma marginalidade crônica.

Guattari quer descartar com isso qualquer idéia de determinação unívoca: as dimensões que concorrem para o engendramento da subjetividade não mantêm relações hierárquicas obrigatórias e fixadas de forma definitiva, e por isso não podem ser pensadas isoladamente.⁷

Esse pensador convoca todos que continuam ligados à idéia do progresso social – não no sentido instrumentalista do termo mas no sentido de “processo social” – a priorizarem essas questões relacionadas à produção de subjetividade, buscando entre outras coisas, *reconciliar os valores e as máquinas*. O que passa necessariamente, a nosso ver, pela definição de uma ética das virtualizações/individuações/subjetivações operadas pelas novas tecnologias.

METAESTABILIDADE E INFORMAÇÃO

Embora a questão ética não seja temática central na obra de Simondon, observamos que há uma preocupação ética, ou melhor, um sentido ético, que atravessa e sustenta todo o seu pensamento, criando assim

⁷ F. Guattari. *Caosmose: um novo paradigma estético*, p. 11.

uma rede conceitual que se apresenta como verdadeiro tratado de ética.

Veremos que a crítica endereçada ao monismo substancialista e ao dualismo do pensamento filosófico ocidental (o esquema platônico e o esquema hilemórfico aristotélico), se desdobra em uma crítica à distinção – operada por esse mesmo pensamento –, entre dois tipos de ética: a ética pura (ou teórica) e a ética prática (ou aplicada). Pois é a separação entre a substância e o devir, e a conseqüente definição do ser como *um*, como dado na substância individuada e acabada – e portanto fora do devir – que institui essa distinção ética.⁸

A *ética pura* é aquela que preserva a substancialidade, a imutabilidade, a eternidade do ser. É a ética do sábio, do instruído: da ordem da contemplação ela se opõe à ação e à vida.

A *ética prática, aplicada ou “da ação no presente”* é a que confere um privilégio ao devir enquanto devir, ou seja, concebe o ser em perpétuo movimento ou evolução.

Para Simondon, essas duas éticas são igualmente parciais, na medida em que só obtêm sentido na própria oposição que estabelecem entre si: “a coerência interna de cada uma dessas éticas se faz pelo negativo, como recusa das vias da outra”. A substancialidade da ética do sábio não é senão “uma contra-existência, um anti-devir, e este tem necessidade de que em torno dele a vida evolua para que seja dada a impressão de sua substancialidade”.⁹ Simondon faz analogia entre esse tipo de relação e a relação entre o homem sóbrio e o homem embriagado – onde aquele tem necessidade deste para se saber sóbrio – e entre o adulto e a criança – na qual o primeiro necessita do segundo para se saber racional.

É na teoria da individuação, mais especificamente nas noções de *metaestabilidade e informação*, que Simondon fornece as bases de sua ética. Uma vez que a individuação é concebida como troca de informação, sendo condicionada pela ressonância interna de um sistema que se efetua de forma fracionada, não é possível admitir “nem uma ética da eternidade do ser, que visa consagrar uma estrutura uma vez descoberta, como definitiva e eterna”,¹⁰ “nem uma perpétua evolução do ser sempre em movimento...”¹¹

Nem pura estabilidade, nem pura instabilidade. Trata-se antes de uma operação que se ba-

⁸ G. Simondon. *L'individuation psychique et collective*. Paris: Aubier, 1989.

⁹ Ibidem, p. 237.

¹⁰ Ibidem, p. 238.

¹¹ Ibidem.

seja numa série de *equilíbrios metaestáveis*, que tem como fórmula, como elemento disparador, a *informação* – entendida como “a maneira através da qual um sistema individuado se auto-afeta e se auto-condiciona”.¹² Informação é a modalidade de troca, de ressonância entre as partes de um sistema que se individua. Ela é informante e informada, é, simultaneamente, resultado e germe de individuação, pois é o que transborda, irradia e resplandece de uma individuação a outra.

Na invenção técnica, como já foi dito anteriormente, o que transborda, o que passa como informação é a tecnicidade, contida e expressa pela própria matéria. A matéria, ao veicular informação, é informante e informada. Nesse sentido, um objeto físico – natural ou técnico, pouco importa – não pode ser considerado simples matéria “plástica”, indiferente, sem estruturas ou virtualidades próprias, disponíveis à vontade e ao gesto técnico/humano. A matéria propõe um gesto, propõe uma ação. No caso do objeto técnico, a tecnicidade/informação contida no objeto construído retroage sobre os sujeitos, reconfigurando-os, produzindo assim novas subjetividades.

Mas para que a informação passe de um sistema para outro, para que ela tenha essa potência transformadora, é preciso conceber uma *relação de pertencimento*. Explico: é preciso que haja analogia entre os sistemas, que eles sejam subsistemas de um sistema mais vasto, e que a ressonância interna de um sistema seja esquema de resolução, não apenas deste sistema, mas do sistema/conjunto ao qual pertence. O que significa dizer que a informação/ressonância é interior e exterior ao mesmo tempo, ou ainda, que não há distinção entre interior ou exterior. Ou, como afirma Deleuze, o interior é a dobra do exterior.¹³

Esse é o critério fornecido por um tipo de pensamento como o de Deleuze, Guattari e Simondon, assim como M. Serres, Bruno Latour, Pierre Lévy e Laymert G. dos Santos, para se pensar hoje o progresso tecnocientífico. O gesto técnico, para ser ético, não pode ser um gesto isolado e fechado nele mesmo, uma vez que a ética é “o sentido no qual

a interioridade de um ato tem um sentido na exterioridade”.¹⁴ Este sentido não está dado numa instância transcendente ao ato, mas no próprio ato, naquilo que ele é capaz de produzir, na relação que estabelece com o meio associado – esse sistema maior formado pelo homem

¹² Idem, p. 234.

¹³ Gilles Deleuze. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

¹⁴ G. Simondon. Op. cit., p. 242.

POR UMA ÉTICA DA METAESTABILIDADE NA RELAÇÃO HOMEM-TÉCNICA ■ 183 e pelo mundo. Sabemos, desde Espinosa, que essa relação pode ser de *composição ou de decomposição*.

Não temos dúvida de que a proposta ética de Simondon, ao postular uma imanência do ato, coincide com a ética espinosista, tal como apresentada por Deleuze, como uma tipologia dos modos imanentes de existência.¹⁵ Em Espinosa, e igualmente em Simondon, todo o caminho da ética se faz na imanência. Nesse sentido, *a ética da metaestabilidade é também uma ética da composição*.¹⁶ É exigência de relação, de ressonância entre as diversas dimensões do ser. No caso do vivo, é a própria condição da vida, pois é na relação que a vida acontece e se mantém.

Há outro aspecto da realidade ética que merece ser destacado, tendo em vista sua pertinência na análise dos dispositivos tecnológicos informacionais contemporâneos: a realidade ética é estruturada em rede. O ato ético – ou moral¹⁷ – desdobra-se em atos laterais, que se entrelaçam formando redes – e não cadeias contínuas – geradoras de sentido. Tais redes, diferentemente das cadeias contínuas, caracterizam-se por uma simultaneidade recíproca entre os diversos atos ou acontecimentos. O ato imoral, louco e parasita, além de não criar lateralidade, de não se conectar, ainda impede os outros atos de se estruturarem em rede.

A tendência à centralização e controle de informação, de alguns grupos sociais/econômicos, com relação à internet, é um exemplo corriqueiro de atos loucos e egoístas, na medida em que obstam essa estruturação reticular do coletivo. Outro exemplo pode ser dado pela forma de hierarquia estabelecida em qualquer instituição em que o fluxo de informação/saber se submete a uma hierarquia piramidal, como empresas e universidades: tal hierarquia não pode ser considerada ética, do ponto de vista ontogenético, pois ela impede o devir reticular.

ÉTICA E LÓGICA TEMPORAL DESCONTÍNUA

A realidade ética solicita ainda uma abertura temporal, isto é, a simultaneidade recíproca entre atos e acontecimentos implica uma exigência de relação com o passado e o futuro, naquilo que eles contêm de informação, pois ela é o que

¹⁵ Gilles Deleuze. *Spinoza et le problème de l'expression*. Paris: Minuit, 1968.

¹⁶ Denise B. Sant'Anna. *Corpo e técnica*, 1997, mimeo.

¹⁷ Simondon, ao contrário de Espinosa, não diferencia ato ético de ato moral. Para ele o ato ético é também moral, ou então ele é imoral, indecente, louco ou mesmo um falso ato. (*L'individuation psychique et collective*, p. 244)

relaciona passado, presente e futuro. Estamos mais uma vez falando da dinâmica atual/virtual: se o presente é da ordem do atual/individual, passado e futuro são da ordem do virtual/pré-individual/coletivo.

Não se trata aqui de uma lógica temporal linear, mas de uma lógica descontínua – o tempo de Aion – em que o presente convoca passado e futuro como dimensões simultâneas do devir do ser, como dimensões informativas, portadoras de sentido. Na realidade ética, “cada ato retoma o passado encontrando-o novamente; cada ato moral resiste ao devir e não se deixa sepultar como passado; por meio de sua força proativa ele fará sempre parte do sistema do presente, podendo ser reevocado em sua realidade, prolongado, retomado por um ato, ulterior segundo a data, mas contemporâneo do primeiro, segundo a realidade dinâmica do devir do ser”.¹⁸

Um ato técnico para ser ético deve ter essa atenção ao passado, pois os atos do passado – confeccionados no tempo – ressoam no presente, sob a forma de virtualidades, construindo assim, através de uma simultaneidade recíproca, uma rede que não se deixa reduzir pela unidimensionalidade do sucessivo. Na invenção técnica isso fica mais claro, pois a antecipação dos esquemas técnicos se submete a essa dinâmica em que participam passado e futuro virtual.

A relação afetiva estabelecida com os objetos técnicos em desuso – os chamados objetos obsoletos – numa sociedade de consumo já era uma preocupação de Simondon no início dos anos 50, quando o descartável ainda não havia tomado as proporções que podemos observar hoje. Pois bem, já naquela época Simondon convocava uma atitude ético-afetiva com esses objetos, ao lembrar que “quando um objeto se encontra em obsolência, é uma importante quantidade de trabalho humano que se volatiliza sem proveito, e que torna-se irrecuperável”.¹⁹

Não apenas inventar o novo, mas reinserir o velho, atualizando-o, para criar um presente sob o apelo do futuro.²⁰ Isto significa estabelecer uma correlação entre *normas e valores*: essa é também uma forma de apreender o sentido da ética da metaestabilidade, em sua exigência de relação entre passado e futuro virtuais.

¹⁸ G. Simondon. Op. cit., p. 244.

¹⁹ G. Simondon. *Trois perspectives pour une réflexion sur l'éthique et la technique. Annales de l'Institut de Philosophie et de Sciences Morales de l'Université Libre de Bruxelles*, 1983, p. 114 (apud: G. Hottois. *Simondon et la philosophie de la culture technique*. Bruxelas: De Boeck Weismael, 1993).

²⁰ *Ibidem*, p. 118.

Simondon afirma que é preciso substituir a noção de *equilíbrios metaestáveis* “a essa estabilidade absoluta e incondicional [da ética pura] e a essa perpétua evolução de um relativo fluente [da ética prática]”.²¹ As normas são justamente as linhas de coerência interna de cada um desses equilíbrios metaestáveis: são as estruturas de um sistema metaestável. Os valores são as linhas pelas quais as estruturas de um sistema tornam-se estruturas do sistema que o substitui. Ou seja, os valores possibilitam a transdutividade das normas, a passagem de um sistema para outro como informação: os valores são as normas tornadas informações. São os valores/informações que transitam, que estabelecem relações e que formam redes de sentidos.²²

Convém esclarecer, contudo, que não há uma separação, uma oposição entre norma e valor. É a normatividade que, ultrapassando o sistema dado, pode ser considerada valor: a normatividade é o devir da própria norma.

É verdade que, segundo Simondon, as normas exprimem a realidade individuada, definida, estável e atual, ao passo que os valores exprimem a realidade pré-individual e virtual. Mas seria erro traduzir isso como uma oposição, estabelecendo mais uma dualidade. A questão não passa pela dissociação dessas realidades, ao contrário, Simondon insiste em dizer que é na própria condição de estabilidade de um sistema – seja um sistema físico, orgânico, psíquico ou social – que deve ser prefigurada e incorporada sua metaestabilidade. Esse é o sentido que ele dá ao regime de metaestabilidade que caracteriza o devir do ser. É também a percepção da ética em sua unidade, em sua exigência de correlação entre normas e valores, entre individuado e pré-individuado – esses termos extremos da dinâmica do ser. Simondon afirma que “a ética é o sentido da individuação”.²³ Acrescentaria que tal ética, que é a da metaestabilidade, é o sentido de todo processo de subjetivação.

É interessante observar que a noção de metaestabilidade fornece as bases de uma ética da individuação/subjetivação/virtualização que não busca eliminar as duas éticas criticadas (pura e prática). O que ela busca é combater a distinção instituída uma vez para sempre: a metaestabilidade é a via onde as duas éticas tradicionalmente separadas podem coincidir.

Para concluir, queremos ressaltar a importân-

²¹ G. Simondon. Op. cit., p. 238.

²² *Ibidem*.

²³ *Ibidem*, p. 242.

cia da dimensão coletiva na constituição dessa nova composição ética. O coletivo, sendo o campo da existência cotidiana, é o único capaz de gerar sentido: ele traduz o sentido da imanência da ética. O coletivo convoca o comum, o que está disponível, o que pode ser incluído. E sabemos que todo processo de subjetivação implica a inclusão de objetos, paisagens, odores, sons, enfim, implica a inclusão do mundo: é incluindo o mundo e nos compondo com ele que nos reinventamos e reinventamos o mundo.

NOTAS SOBRE OS AUTORES

Félix Guattari (1930-1992), psicanalista, filósofo e ativista político, autor entre outros de *A Revolução Molecular* (Brasiliense, 1985), *O Inconsciente Maquínico* (Papyrus, 1988) e *As Três Ecologias* (Papyrus, 1989). Publicou com Gilles Deleuze *O Anti-Édipo* (Imago, 1978), *Mille Plateaux* (Ed. 34, 1995) e *O Que É a Filosofia?* (Ed. 34, 1994).

Pierre Lévy é filósofo, historiador das ciências e especialista das novas tecnologias de informática. Atualmente é professor na University of Ottawa, Canadá. Publicou notadamente *As Tecnologias da Inteligência* (Ed. 34, 1993), *O Que É o Virtual* (Ed. 34, 1995), *Cibercultura* (Ed. 34, 1999).

Bill Viola é artista, músico e videasta. Sua obra soma mais de cinquenta instalações e vídeos, além de ensaios e entrevistas. Trabalha fundamentalmente com toda a diversidade de recursos tecnológicos disponíveis.

Francisco Varela (1946-2001), biólogo, diretor de pesquisa no laboratório de neurociências do CNRS (Paris) e co-fundador da teoria da autopoiese em biologia teórica. Autor de *The Tree of Knowledge* (1992) e *The Embodied Mind: Cognitive Science and Human Experience* (1994).

Luiz Orlandi é filósofo, autor de *A Voz do Intervalo* (Ática, 1981), *Falares de Malquerença* (Boletim IFCH/Unicamp) e vários artigos em torno da obra de G. Deleuze. Traduziu, deste autor, *A Dobra: Leibniz e o Barroco* (Papyrus, 1991), *O Bergsonismo* (Ed. 34, 1999) e com a colaboração de Ro-